

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**DIRETÓRIO NACIONAL
RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2 DE ABRIL DE 2008**

Fixa normas para a escolha de candidatos e formação de coligações para as eleições municipais de 2008.

A Executiva Nacional do Partido Democrático Trabalhista, PDT, na forma do que dispõe seu Estatuto e a Legislação em vigor, com a finalidade de estabelecer normas para a escolha de candidatos e a formação de coligações para as eleições municipais de 2008, resolve:

**CAPÍTULO I
CONVENÇÃO MUNICIPAL**

Art. 1º - É prioridade para o PDT o lançamento de candidatura própria nas eleições do ano de 2008, no maior número de municípios, em especial nas Capitais.

Art. 2º - As Convenções para a escolha dos candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador serão realizadas entre os dias 10 e 30 de Junho de 2008.

Art. 3º - A inscrição de candidatos à eleição municipal dar-se-á junto às Executivas ou Comissões Provisórias Municipais até 48 horas antes do início das Convenções.

Parágrafo Único - Somente os filiados que estiverem em dia com suas contribuições financeiras estatutárias poderão votar e ser votados nas instâncias partidárias, bem como concorrer a eleição para cargos públicos. (Art. 74 Estatuto do PDT).

Art. 4º - O pedido de inscrição deverá estar subscrito pela Executiva ou Comissão Provisória Municipal, ou, no mínimo por 30% (trinta por cento) dos convencionais. Nenhum Convencional poderá subscrever mais de um pedido de registro, ficando anuladas as assinaturas em dobro. (§ 2º Art. 25 do Estatuto do PDT)

Parágrafo Único - Os pedidos de registro encaminhados na forma do caput deste artigo conterão o expresse consentimento dos respectivos candidatos.

Art. 5º - Para a realização da Convenção será necessária a publicação de edital de convocação em pelo menos um jornal de circulação municipal ou no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Art. 6º - Constituem a Convenção Municipal para a escolha de candidatos a cargos eletivos municipais: I - os membros do Diretório Municipal; II - os Vereadores, Deputados e Senadores com domicílio eleitoral no Município; III - os Presidentes dos Movimentos Partidários devidamente organizados no Município; IV - dois representantes de cada Diretório Distrital ou de Bairro, eleitos em sessão especialmente convocada com este fim, com o comparecimento de, no mínimo, metade de seus membros e 1 (um) representante por núcleo de base organizado e em funcionamento há, pelo menos, um ano. § 1º - Na Convenção para a escolha dos candidatos nos municípios das Capitais, além dos integrantes descritos no caput, participarão os Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais e os membros do Diretório Estadual, desde que tenham domicílio eleitoral no Município, e os membros da Executiva Estadual. § 2º - Nos municípios com mais de um milhão de habitantes, participarão da Convenção para a escolha de candidatos todos os integrantes referidos no caput e §1º e os delegados dos Diretórios Zonais em substituição aos integrantes mencionados no inciso I do caput deste artigo.

**CAPÍTULO II
DAS COLIGAÇÕES**

Art. 7º - Na impossibilidade de lançar candidato próprio, o Partido poderá celebrar coligações para a eleição majoritária e proporcional ou para ambas, podendo nesse último formar-se mais de uma para a eleição proporcional entre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário a nível municipal, obedecendo sempre a participação das direções estaduais.

Art. 8º - As propostas de coligação, em se tratando de apoio a candidato de outro Partido nos municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil eleitores), serão submetidas para aprovação da Direção Estadual, até dez (10) dias antes da Convenção Municipal. A Direção Estadual deliberará em até 5 (cinco) dias, após o recebimento da proposta. § único: o mesmo procedimento será adotado perante a Direção Nacional para as propostas de aliança para apoiar candidatos a Prefeito de outro partido para as Capitais e municípios acima de cem mil (100.000) eleitores.

**CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 9º - É norma fundamental de fidelidade e disciplina partidárias, obrigatória a todos os candidatos, o respeito e o cumprimento do programa, do Estatuto e das diretrizes e deliberações legitimamente adotadas pelo Partido e pela Convenção.

Art. 10 - Serão considerados atos de extrema gravidade, passível de pena de expulsão, com conseqüente cancelamento do seu registro, os candidatos que:

Realizarem propaganda para candidatos que não sejam os indicados pelas Convenções Nacional e municipais do Partido.

Praticar atos ostensivamente desfavoráveis a candidato do próprio Partido.

Desobedecer as deliberações das Convenções Partidárias.

Art. 11 - Todos os candidatos do PDT ao exercício de mandatos legislativos, antes de sua escolha pelo Partido, assinarão declaração, cujo teor passa a fazer parte desta resolução, em que reconhecem a total judicialidade da disposição estatutária contida no Art. 68, e que na hipótese de serem eleitos, o mandato pertencerá ao PDT.

Art. 12 - Os casos omissos serão decididos pela Executiva Nacional.

Art. 13 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

VIEIRA DA CUNHA
Presidente Nacional

MANOEL DIAS
Secretário Nacional

**PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
DIRETÓRIO NACIONAL****RESOLUÇÃO Nº 1, DE 15 DE MARÇO DE 2007**

A Executiva Nacional, em consonância com as deliberações da Convenção Nacional do PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL, realizada em 08/07/2007, resolve, com a finalidade de estabelecer diretrizes isonômicas para a escolha de candidatos e a formação de coligações para as eleições de 05 de outubro de 2008 e, eventualmente, para o segundo turno, expedir as seguintes instruções, complementares às normas estatutárias: CAPÍTULO I - Seção única - Das Disposições Gerais - Art. 1 - Deverão ser observados irrevocavelmente por todos os Dirigentes Partidários em qualquer esfera de atuação, as seguintes disposições que norteiam o PMN desde a sua constituição: a)- preferência por candidatos próprios a cargos majoritários e chapas completas nos pleitos proporcionais; b)- As Executivas Estaduais autorizarão, "ad referendum" da Executiva Nacional, caso a caso, as propostas de coligação, que deverão ser precedidas de termo firmado por todos os partidos dela integrantes, no qual fique caracterizado que o PMN não é solidário nas obrigações que venham a ser assumidas pelos partidos coligados e/ou por seus candidatos, bem como, no pagamento de multas ou quaisquer outras penalidades que lhes venham a ser aplicadas. § único - Na forma do disposto no inciso vii do art. 32 dos estatutos partidários, serão consideradas inexistentes, coligações que deixem de atender os dispositivos desta Resolução, não podendo ser deferidos seus registros, pela Justiça Eleitoral. ART 2 - O PMN não autoriza a interposição em seu nome, de quaisquer medidas judiciais ou administrativas que visem obstar candidaturas de outras agremiações, devendo o interessado fazê-lo em seu próprio nome. Art 3 - As Direções Municipais que participarem do processo eleitoral de 2008, respectivos Comitê Financeiros e Candidatos, deverão observar na íntegra as disposições contidas nas Resoluções/TSE, em especial as de nºs 22.579, 22.622, 22.661, 22.623, 22.624, 22.712, 22.713, 22.714, 22.715, 22.716, 22.717, 22.718 e 22.719. § único - Eventuais multas que venham a ser aplicadas ao PMN em decorrência do descumprimento dessas normas serão da inteira responsabilidade pessoal dos que lhes deram causa, reservando-se o Partido, se for caso, o direito de indicar bens pessoais dos infratores para garantia de juízo. CAPÍTULO II - Seção I Das Inscrições de Candidatos Art. 4 - Só integrará a listagem de candidatos e cédulas de votação, o filiado que esteja: > no gozo de seus direitos políticos; > no exercício das atividades partidárias; > inscrito no partido até um ano antes do primeiro turno de 2008 > quite com as prestações de contas a que estiver sujeito, perante o partido ou a justiça eleitoral; > quite com as suas obrigações partidárias, entre as quais, as contribuições obrigatórias a que estiver sujeito, entre as especificações contidas nos parágrafos do art 94dos estatutos partidários. > quite com a taxa de inscrição de candidato, de R\$250,00, via depósito bancário na c/corrente mantida pela Direção Estadual, com identificação do CPF do candidato. § Primeiro - Na hipótese de não acolhimento de depósito identificado na referida conta, o depósito deverá ser realizado na conta mantida pela Direção Nacional, no Banco do Brasil S/A., Agência 3687-0 - c/c nº 280.604-5. § Segundo - A comprovação de quitação das obrigações pecuniárias, far-se-á por certidão expedida pela tesouraria geral. § Terceiro - As inscrições de candidaturas de detentores de mandato só serão acolhidas mediante a comprovação dos pleiteantes, de que quitaram, junto a tesouraria nacional, as contribuições a que se refere o artigo 94 § 3º, dos estatutos partidários. § Quarto - A hipótese de parcelamento, pela tesouraria geral, de valores a ela devidos, far-se-á mediante pedido expresse do interessado e documentação hábil. § Quinto - Sob hipótese alguma haverá anistia para candidatos. § Sexto - O descumprimento de qualquer uma dessas condições, habilita e legitima qualquer filiado a impugnar a candidatura do filiado faltoso e implica na destituição e na apuração de responsabilidade do dirigente que autorizou a inscrição de filiado inabilitado. Art. 5 - Poderão participar do processo de escolha de candidatos que concorrerão às eleições proporcionais de 05 de outubro de 2008, direções municipais que tenham comprovado junto às executivas estaduais, o cumprimento de suas obrigações partidárias, entre as quais, pagamento das contribuições estatutárias, inscrição ou atualização dos respectivos CNPJ, entrega de Rais, abertura de conta bancária e fornecimento de cópia da prestação de contas apresentada à Justiça Eleitoral. Art. 6 - As inscrições de candidatos serão protocolizadas em duas vias junto as secretarias municipais e/ou respectivas estaduais, até as 18:00hs do dia 20 de maio de 2008. Art. 7 - Atendidos os pressupostos do art.38, dos estatutos partidários, uma via das referidas inscrições e propostas de coligações municipais, serão encaminhadas pelas secretarias municipais às respectivas estaduais, até o dia 26 de maio de 2008. § Único - As inscrições majoritárias e

propostas de coligação pertinentes às Capitais e Municípios com mais de 200.000 eleitores, estão sujeitas ao crivo da Direção Nacional, devendo ser reencaminhadas à secretaria nacional, até o dia 29 de maio de 2008. Art. 8 - Poderão ser registrados candidatos para a Câmara de Vereadores, até o número previsto na legislação vigente, salvo no caso de coligação, cujo número de candidatos resultará do consenso entre os Partidos coligados. Seção II - Da Convenção Municipal Art. 9 - A convenção municipal que deliberará acerca do lançamento de candidaturas majoritárias e sobre coligações municipais com outros partidos para o pleito de 05 de outubro de 2008, será realizada no período de 10 a 30 de junho de 2008, ficando a critério das respectivas direções estaduais, a fixação ou liberação de data para sua realização. §único - As direções municipais darão ampla divulgação na imprensa falada e escrita, dos locais de votação dos filiados habilitados. Art. 10 - As convenções municipais serão realizadas com a presença de no mínimo 25 filiados habilitados e em número superior ao de candidatos inscritos, filiados esses quites com suas obrigações partidárias na forma constante dos estatutos vigentes, cujos nomes integrem as prestações de conta retrocitadas e a última listagem entregue à Justiça Eleitoral. seção III - Das Sobras de Campanha Art. 11 - Eventuais sobras de campanha deverão ser depositadas mediante identificação, EXCLUSIVAMENTE na c/corrente aberta para essa finalidade pela Direção Nacional: Banco do Brasil S/A - ag. 3687-0 - conta nº 283.033-7. seção IV - Do Cancelamento de Candidaturas Art. 12 - A Executiva Nacional requererá, na forma da legislação vigente, perante a Justiça eleitoral, o cancelamento de candidaturas: -I- que infringjam os dispositivos da presente resolução; -II- que apoiem candidatos majoritários de outras coligações.

OSCAR NORONHA FILHO
Presidente Nacional

TELMA RIBEIRO DOS SANTOS
Secretária-Geral

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução nº 01, de 1º de março de 2008, publicado no D.O.U. de 13/03/2008, Seção 3, págs.105-106, inclua-se no Art. 7º, o § 6º - Será considerada falta grave a prática do nepotismo.

**PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA
BRASILEIRA-PSDB****RESOLUÇÃO CEN-PSDB Nº 1, DE 25 DE MARÇO DE 2008**

A COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL do PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB, no uso da competência que lhe confere o art. 65 c/c o art. 61 do Estatuto, e na forma do que dispõe o §1º, do art. 7º, da Lei nº 9.504/97, com o objetivo de estabelecer normas para a escolha e substituição dos candidatos e a formação de coligações para as eleições de 05 de outubro de 2008, resolve expedir as seguintes normas:

**CAPÍTULO I
DO LANÇAMENTO DE CANDIDATURAS, ESCOLHA DE CANDIDATOS E CELEBRAÇÃO DE COLIGAÇÕES**

Art. 1º. A celebração de coligações para as eleições majoritárias e proporcionais nos municípios que tinham até 50.000 eleitores em 31 de dezembro de 2007 e naqueles com mais de 50.000 eleitores na mesma data, estará sujeita à análise e aprovação, respectivamente, da Comissão Executiva Estadual correspondente ou da Comissão Executiva Nacional, a critério de cada uma dessas instâncias.

Art. 2º. A Comissão Executiva Nacional ou a Comissão Executiva Estadual, conforme o caso, poderá orientar e intervir na escolha de candidatos, podendo, ainda, proibir o lançamento de candidaturas nos municípios.

Art. 3º. Se a Convenção Municipal desobedecer, na deliberação sobre lançamento de candidaturas, escolha de candidatos para as eleições majoritárias e proporcionais, ou sobre a celebração de coligações, às decisões e diretrizes da respectiva Comissão Executiva Estadual ou Comissão Executiva Nacional, conforme o disposto nos artigos anteriores, poderá ter a sua deliberação e os atos dela decorrentes anulados (§§ 2º e 3º do art. 7º, da Lei 9.504/97).

**CAPÍTULO II
DAS NORMAS PARA A ESCOLHA DE CANDIDATOS E FORMAÇÃO DE COLIGAÇÕES EM NÍVEL MUNICIPAL**

Art. 4º. As Convenções Municipais destinadas à escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador e formação de Coligações, serão realizadas no período de 10 a 30 de junho de 2008, mediante convocação das Comissões Executivas Municipais ou Comissões Provisórias Municipais, em data por elas fixadas, observado o que estabelece o art. 153 c/c o art. 20, do Estatuto do PSDB, e as disposições da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições.

Art. 5º. As Convenções Municipais serão constituídas nos termos do art. 96 do Estatuto:

I - dos membros do Diretório Municipal;

II - dos Vereadores, dos Deputados Estaduais e Federais e Senadores com domicílio eleitoral no município;

III - dos membros do Diretório Estadual com domicílio eleitoral no município;

IV - dos Delegados do Município à Convenção Estadual.

Parágrafo Único. Nos municípios com mais de quinhentos mil eleitores, integram a Convenção Municipal os Delegados dos Diretórios Zonais, na conformidade do que dispõe o § 3º, do art. 78 e art. 114, do Estatuto.